

# O papel do *jogo estético do devaneio* no “Argumento negligenciado para a realidade de Deus” de Charles S. Peirce<sup>1</sup>

*The role of aesthetic play of musement in Charles S. Peirce’s  
“Neglected Argument for the Reality of God”*

**Rodrigo Vieira de Almeida**

Centro de Estudos de Pragmatismo – PUC-SP – Brasil  
rodrigo.sandes.almeida@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo pretende tecer algumas breves considerações acerca de um importante e heurístico tema da filosofia arquitetônica de Charles Sanders Peirce, a saber, o papel exercido pelo conceito de *jogo estético do devaneio* (*musement*) no surgimento e estabelecimento de uma crença pragmática na hipótese da realidade de Deus. Seguindo, dentro do limite de espaço disponível, a exposição das etapas do chamado *argumento negligenciado para a realidade de Deus*, desenvolvido por Peirce em texto homônimo, mostrar-se-á como o conceito de jogo estético do devaneio encontra-se profundamente alicerçado na ontologia realística do autor e como esse conceito, embora apareça, propriamente falando, como a primeira etapa de um processo de pensamento sobre traços notáveis do universo real, um estado mental livre e despropositado, que não se propõe a mediar algo, tal como o pensamento autocontrolado o faz, mas que pode, no entanto, resultar no sentimento de estar diante de alguma maravilha em um dos três universos da experiência, acaba por converter-se, em última instância, em um processo de ponderação com força de apelo instintivo para a conduta da vida, sendo essa, justamente, a sua marcante e contundente significação pragmática.

**Palavras-chave:** Charles Peirce. Jogo estético do devaneio. Argumento negligenciado. Deus. Realismo.

**Abstract:** *This paper intends to briefly reflect on an important and heuristic subject in the architectonic philosophy of Charles Sanders Peirce, to wit, the role of the concept of aesthetic play of musement in the advent and*

---

<sup>1</sup> O presente texto foi apresentado, sob o título “O jogo estético do devaneio”, na Semana São Bento de Filosofia, em 27 de setembro de 2017, e está baseado em parte de um dos capítulos da minha tese de doutorado: *O conceito de imortalidade do homem na filosofia de Charles Sanders Peirce*, defendida publicamente em 2016, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

*establishment of a pragmatic belief in the hypothesis of the reality of God. Within the available space constraints, after exposing the stages of the neglected argument for the reality of God, developed by Peirce in a homonymous text, we shall show how the concept of aesthetic play of musement is deeply grounded on the author's realist ontology and how this concept, though it may appear, specifically, as the first stage of a thought process on notable elements of the real universe, a free and purposeless mental state, that does not intend to mediate anything, such as self-controlled thought would do, but that can, however, result in the feeling of being before some of the wonders of the three universes of experience, ultimately becomes a process of pondering with an instinctive appeal towards one's conduct in life, with that being exactly its profound and notable pragmatic meaning.*

**Keywords:** Charles Peirce. Musement. Neglected argument. God. Realism.

[...] o ideal estético, aquilo que todos nós amamos e adoramos, o completamente admirável, tem como ideal, necessariamente um modo de ser que deve ser chamado vivo.

Charles S. Peirce, CP 8.262, 1905.

## 1 Introdução

Em 1908, o filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce publicou no periódico *Hibbert Journal*, um artigo intitulado “Um argumento negligenciado para a realidade de Deus” (*A Neglected Argument for the Reality of God*).<sup>2</sup> Sem sombra de dúvidas, e malgrado a sua temática problemática, o conceito de “Deus”, esse artigo permanece como um dos textos mais complexos, instigantes e importantes de toda a sua obra.

Uma entre as diversas explicações para o contínuo interesse dos estudiosos de Peirce neste texto é, justamente, o fato de que nele se encontra delineado o conceito de *jogo estético do devaneio* (*musement*), o tema do presente ensaio.

Este conceito, que se mostra como uma das mais atraentes e, não obstante, enigmáticas ideias concebidas pelo autor no interior da sua arquitetura filosófica aparece, propriamente falando, como a primeira etapa de um processo de pensamento que, segundo o autor, acabará levando o devaneador à uma *crença pragmática* na realidade de Deus.

Proponho, assim, usar o espaço aqui disponível para tecer algumas breves considerações acerca do papel que o conceito de *jogo estético do devaneio* exerce no interior do *Argumento negligenciado para a realidade de Deus*, descrito por Charles Sanders Peirce.

## 2 O jogo estético do devaneio e a hipótese da realidade de Deus em Peirce

Para que possamos, durante este ensaio, seguir adequadamente o pensamento peirciano sobre o papel exercido pelo *jogo estético do devaneio* no entendimento de como surge a hipótese da Realidade de Deus é necessário, antes de mais nada,

---

2 EP 2.434-450.

termos em mente uma importante diferença conceitual que se faz presente em sua filosofia madura: a diferença entre os conceitos de *existência* e *realidade*.

O termo “existente”, no vocabulário peirciano, encontra-se invariavelmente ligado a ideia de particular, de individual, de um objeto determinado em todos os aspectos e que reage contra outras individualidades.<sup>3</sup> Por outro lado, o conceito de “realidade” é, em uma das muitas definições criteriosas do autor, abordado nos seguintes termos:

“Real” é uma palavra inventada no século XIII para significar ter propriedades, isto é, ter características suficientes para identificar seu sujeito, e possuí-las quando forem ou não a ele atribuídas, de qualquer modo, por qualquer homem singular ou por qualquer grupo de homens. (CP 6.453).<sup>4</sup>

O conceito de *realidade* peirciano, portanto, e em contraste com o conceito de existência, está atrelado à ideia de generalidade, de permanência, de regularidade objetiva, independente de representações. E, à luz do *Sinequismo* do autor, que propõe a ideia de que devemos procurar pensar tudo o que há como contínuo de alguma maneira,<sup>5</sup> uma realidade nunca pode ser esgotada por nenhuma de suas figurações particulares, nem mesmo pela totalidade de suas figurações particulares meramente atuais.<sup>6</sup>

É importante ter em mente essa distinção entre os conceitos de *existência* e *realidade* porque, no “Argumento negligenciado para a realidade de Deus”, como o próprio título sugere, Peirce procura refletir sobre a possibilidade de se pensar a *realidade* de Deus, e não sua mera existência.<sup>7</sup>

A estratégia usada por Peirce para se fazer entender é propor que a reflexão sobre a realidade de Deus se dê a partir de um *argumento*, definido, em contraste com uma *argumentação*, nos seguintes termos:

Um “Argumento” é qualquer processo de pensamento razoavelmente tendente a produzir uma crença definida. Uma “Argumentação” é um Argumento procedente de premissas precisamente formuladas. (CP 6.456).

Segundo Peirce, tratar-se-ia de algo natural esperarmos que haja um *argumento*, tal como definido, e não uma *argumentação*, acerca da realidade de Deus. Um

---

3 Ver, por exemplo, CP 8.330. Ver IBRI, 2015, caps. 1 e 2.

4 As citações, referentes ao texto “Um argumento negligenciado para a Realidade de Deus” (CP 6.452-493), foram extraídas da tradução feita por RODRIGUES, 2003, p. 98-133. Enquanto as numerações entre parêntesis remetem ao original em inglês publicado em *Collected Papers of Charles S. Peirce*. As referências bibliográficas pertinentes a esses textos encontram-se descritas ao final deste artigo.

5 Cf. CP 7.565. “Propus fazer o Sinequismo significar a tendência a tomar tudo como contínuo.”

6 Ver, por exemplo, CP 8.12.

7 Consultar, também, RODRIGUES, 2003, p. 87-97.

argumento que seja aceito por todas as mentes, “*altas e baixas*” (CP 6.456), como algo óbvio, de modo que, se essas mentes se empenhassem em encontrar a *verdade* sobre o assunto, certamente chegariam à mesma conclusão acerca da realidade de seu objeto. Este argumento, ainda segundo Peirce:

[...] deveria apresentar sua conclusão não como uma proposição de teologia metafísica, mas em uma forma diretamente aplicável à conduta da vida, e plena de nutrição para o mais alto crescimento do homem. (CP 6.457).

Na medida direta que tal argumento teria a característica de influenciar diretamente a conduta da vida, poder-se-ia dizer que ele possui significado *pragmático*, tal como definido pelo autor em outra ocasião: “[...] uma concepção, ou seja, o significado racional de uma palavra ou alguma outra expressão se encontra, exclusivamente, na concepção da sua influência concebível sobre a conduta da vida.” (EP 2.332). Assim, completa Peirce:

Aquilo a que me referirei como o A. N. – o Argumento Negligenciado – parece-me preencher melhor essa condição, e eu não deveria me admirar se a maioria daqueles cujas próprias reflexões cegaram a crença em Deus devesseabençoar a radiância do A. N. por aquela riqueza. Sua persuasividade é não menos do que extraordinária; simultaneamente, não é desconhecido de ninguém. (CP 6.457).

Em que consiste, então, o argumento negligenciado para a realidade de Deus de Peirce e qual o papel nele exercido pelo conceito de *jogo estético do devaneio*?

Na verdade, conforme explica o próprio Peirce no Aditamento ao texto publicado, o Argumento Negligenciado consiste em um *ninbo de três argumentos*, embora seja, estritamente falando, o segundo deles.<sup>8</sup>

O entendimento dessa afirmação deve, naturalmente, começar pela exposição do primeiro momento do Argumento do autor:

Há uma certa ocupação mental aprazível que, por não possuir nome distintivo, infiro que não seja tão comumente praticada quanto merece; De fato, é Puro Jogo. Ora, Jogo é, todos sabemos, um exercício vívido das forças de alguém. O Puro Jogo não tem regras, exceto esta própria lei de liberdade. [...] Não possui propósito, a não ser a recreação. A ocupação particular que quero dizer, – uma *petite bouchée* dos Universos, – pode tomar ou a forma de contemplação estética, ou aquela de construir castelos distantes (seja na Espanha ou dentro do próprio treino moral de alguém), ou aquela de considerar alguma maravilha em um dos Universos, ou alguma conexão entre dois dos três, especulando acerca de sua causa. É esta última espécie – chamá-la-ei, no geral, “Devaneio” [*musement*] – que eu particularmente recomendo, porque florescerá em tempo no Argumento Negligenciado. (CP 6.458).

---

8 Cf. CP 6.486.

O *puro jogo estético do devaneio*, consiste, assim, em um estado mental livre, despreocupado e despropositado, ou seja, um estado mental que não se propõe mediar alguma coisa por meio do pensamento controlado, embora seja marcadamente heurístico,<sup>9</sup> e que pode resultar no sentimento de estar diante de alguma maravilha em um dos três universos da experiência.

Esses três universos, aos quais Peirce se refere, consistem nas formas de aparecer e de ser das suas conhecidas três categorias fenomenológicas e ontológicas: *primeiridade*, *segundidade* e *terceiridade*.<sup>10</sup> Convém definir, bem brevemente, em que consistem cada uma delas.

A *primeiridade* é a categoria que tipifica experiências que aparecem como espontâneas, livres, imediatas, caracterizadas pela novidade e frescor, e que não possuem relação com nada mais, nem sequer com qualquer forma de fluxo de tempo. Como exemplo, podemos citar qualquer qualidade de sentimento. Por outro lado, a *primeiridade* também tipifica, em seu viés ontológico, a variedade e a irregularidade que se fazem presente no universo, sob a égide do princípio cosmológico peirciano do *acaso*.

A *segundidade*, por outro lado, tipifica experiências que aparecem sob algum modo de consciência dual, que envolvem a reação e o esforço de algo outro em relação ao ego, a objeção bruta de algo independente da vontade, do desejo e mesmo da imaginação de qualquer mente ou coleção de mentes. Sob o seu viés ontológico, a *segundidade* tipifica todo e qualquer objeto cujo modo de ser envolve alteridade e individualidade e que, por isso mesmo, reage não só contra alguma consciência, mas também contra outros objetos individuais, sendo predicado, no vocabulário peirciano, de *existente*, conforme tivemos a oportunidade de adiantar acima.

A *terceiridade*, enfim, tipifica experiências que envolvem ordem, fluxo do tempo, semelhança, redundância e regularidade. São as experiências que, essencialmente, operam algum tipo de mediação entre um primeiro e um segundo, sendo exemplificadas por qualquer experiência de pensamento, cognição, raciocínio, síntese, conceituação, aprendizagem, formação de crenças, etc. Sob o seu viés ontológico, a *terceiridade* é tipificada por qualquer objeto que envolve o conceito de Lei, considerada em seu caráter evolucionário.

Peirce pretende fazer-nos entender que o estado de *puro jogo do devaneio* permite o eventual vislumbre de conexões entre esses três universos e, não menos eventualmente, o súbito especular sobre a sua causa. Esse processo, inicialmente despropositado, de pura contemplação heurística, longe de resultar no convencimento de qualquer verdade dogmática, acabará, segundo Peirce, resultando no argumento negligenciado.

Esse primeiro momento do chamado Argumento Negligenciado, denominado por Peirce de *Argumento Humilde*, foi explicado da seguinte maneira:

[...] aquela meditação sobre a ideia de Deus, inteiramente honesta, sincera e não afetada [p]orquanto não premeditada,

---

9 Ver IBRI, 2006. Ver também as explicações de Ibri acerca do papel fundamental que esse *devaneio* ou *puro jogo* exerce no tocante à ontologia da arte, IBRI, 2009 e IBRI, 2010.

10 Para riqueza de detalhes na explicação dos aspectos fenomenológicos e ontológicos das três categorias peircianas, consultar IBRI, 2015.

à qual o Jogo do Devaneio, mais cedo ou mais tarde, levará, e que produzirá, pelo desenvolvimento de um sentido profundo da adorabilidade daquela Ideia, uma Crença Verdadeiramente religiosa em Sua Realidade e Sua proximidade. É um argumento razoável, porque resulta naturalmente na mais intensa e vívida determinação da alma na direção de moldar toda a conduta do Devaneador em conformidade com a hipótese de que Deus é Real e muito próximo; e tal determinação da alma com relação a qualquer proposição é a própria essência de uma Crença vívida em tal proposição. Este é aquele “argumento humilde”, aberto a todo homem honesto, que eu suspeito haver feito mais veneradores de Deus do que qualquer outro. (CP 6.486).

No interior do critério pragmático de significado, esse primeiro momento já pareceria suficiente para que a ideia da realidade de Deus moldasse a conduta do devaneador. Porém, Peirce não reduz o seu Argumento ao primeiro momento e passa a mostrar como o Argumento Humilde, o *puro jogo do devaneio* precipita uma continuidade *sui generis* para o pensamento acerca da realidade de Deus. Vejamos como se dá essa passagem no pensamento do autor.

O segundo momento do Argumento é exatamente aquele que, segundo Peirce, tem sido negligenciado por escritores de teologia natural (Cf. CP 6.487). Trata-se de um argumento cuja função “consiste em mostrar que o argumento humilde é o fruto natural de meditação livre, já que cada coração será arrebatado pela beleza e pela adorabilidade da ideia, quando então for possuído” (CP 6.487) e, portanto, equivale ao “[...] precipitado natural da meditação sobre a origem dos Três Universos.” (CP 6.487).

Peirce parece ter claro que tal argumento não se parece nem um pouco com as argumentações levadas a cabo por teólogos ou filósofos que se esforçam em provar de maneira necessária a existência de Deus. A filosofia de Peirce, por razões que não podem ser detalhadas aqui, mas que se encontram devidamente fundamentadas em seu *idealismo objetivo* e *realismo radical*,<sup>11</sup> classificaria como dogmáticas as tentativas de provar a existência de Deus baseadas em argumentações necessárias. Portanto, acerca desse ponto, Peirce estaria de pleno acordo com Kant, de modo que seria impossível chegar a uma prova desse gênero pelo simples fato de que aquilo que se configura como o pilar das premissas das argumentações não poder ser, sequer indiretamente, objeto de experiência fenomênica.

Não obstante, tal é o esforço de muitos teólogos e filósofos, reconhecendo apenas argumentações, que, segundo Peirce,<sup>12</sup> poucos chegam a mencionar a possibilidade do argumento que floresce a partir do *puro jogo estético do devaneio* e que, por isso, tem sido um argumento negligenciado ao longo da história da filosofia.

Como se descreve, então, o segundo momento do Argumento de Peirce para a Realidade de Deus, o *argumento negligenciado*, propriamente dito?

Deixe o Devaneador, por exemplo, depois de bem apreciar, em sua extensão e profundidade, a inefável variedade de

---

11 Ver ALMEIDA, 2016.

12 Cf. CP 6.457.

cada Universo, voltar-se a tais fenômenos que, em cada um deles, são da natureza de homogeneidades de conectividade; e que espetáculo se desdobrar! [...] Das especulações sobre as homogeneidades de cada Universo, o Devaneador passará naturalmente à consideração de homogeneidades e conexões entre dois Universos diferentes, ou todos os três. Especialmente, neles todos encontramos um tipo de ocorrência, aquela do crescimento, ela mesma consistindo nas homogeneidades de partes pequenas. Isso é evidente no crescimento de movimento em deslocamento e no crescimento de força em movimento. No crescimento também encontramos que os três Universos conspiram; e um traço universal disso é a preparação para estágios tardios em estágios mais precoces. Este é um espécime de certas linhas de reflexão que inevitavelmente sugerirão a hipótese da Realidade de Deus. [...] Mas, entretanto, seja como for, no Puro Jogo de Devaneio a ideia da Realidade de Deus deverá ser certamente considerada, mais cedo ou mais tarde, como uma fantasia atraente que o Devaneador desenvolverá de várias maneiras. Quanto mais a pondere, mais ela encontrará resposta em cada parte de sua mente, pela sua beleza, por suprir um ideal de vida e pela sua explicação completamente satisfatória de todo seu tríplice meio ambiente. (CP 6.464-465).

Peirce não pretende nessa passagem realizar um movimento de precisão do conceito de Deus. Na verdade, para Peirce, o termo “Deus” é inevitável e objetivamente *vago*, ou seja, é um termo que deixa a sua interpretação sempre mais ou menos indeterminada e o princípio de contradição a ele não se aplica.<sup>13</sup>

Por outro lado, a natureza do Argumento que se configura pelo resultado da especulação heurística iniciada pelo *puro jogo estético do devaneio* implica uma profunda *ontologia*, que se manifesta na contínua e infinita tendência à definição que se faz presente no próprio processo objetivo de evolução cosmológico e que nada mais é que a realidade em seu caráter de terceiridade, carregando em seu bojo a segundidade e a primeiridade. O movimento vetorial dessa tendência à determinação se dirige ao infinito, embora, em qualquer estágio, permaneça sempre algo de indeterminado, tanto do ponto de vista da representação como, principalmente, do ponto de vista objetivo. O que está por trás dessa imagem do cosmos é a tese da evolução hiperbólica propugnada por Peirce: “[a evolução] procede de um estado de coisas no infinito passado em direção a um estado diferente de coisas no infinito futuro.”<sup>14</sup>

Ao longo de seu amadurecimento filosófico, Peirce fez notar cada vez mais a tendência de associar esse processo evolucionário cosmológico com a sua

---

13 Cf. CP 5.448. Para mais detalhes acerca deste ponto queira o leitor consultar ALMEIDA, 2016.

14 CP 8.317. Essa teoria da evolução hiperbólica é contrastada com as teorias da evolução parabólica e elíptica, que defendem, respectivamente, serem os pontos do começo e do fim da evolução absolutamente iguais ou simplesmente não existentes. Cf. também CP 6.582-585.

concepção de Deus.<sup>15</sup> No Argumento Negligenciado, Peirce chega, inclusive, a atribuir a ideia de crescimento à própria hipótese da realidade de Deus trazida pelo *jogo do devaneio*, tomando o cuidado, é claro, de preservar o seu falibilismo: “A hipótese, estando ela mesma inevitavelmente sujeita à lei do crescimento, parece em sua vagueza representar Deus como tal [...]” (CP 6.466) e “Assim, a hipótese nos levará a conceber traços de cada universo como propositais; e isto permanecerá ou cairá com a hipótese.” (Idem).

E esse é um ponto crucial que toca em um aspecto controverso do pensamento peirciano, e que se encontra bem longe de consenso entre os *scholars* que se dedicam a estudar a metafísica científica do autor. Trata-se da sugestão de uma possível espécie de teísmo no interior da concepção peirciana de Deus. Aliás, essa sugestão parece já se encontrar presente na frase inicial do artigo: “A palavra ‘Deus’, assim ‘em maiúscula’ [...] é o nome próprio definível, significando ‘*Ens necessarium*’: segundo minha crença, Realmente criador de todos os três Universos de Experiência.” (CP 6.452).

Dona Orange, considerada uma referência nos estudos da concepção peirciana de Deus, concorda com a ideia de que a melhor forma de classificar a concepção de Deus do autor, seria a de que ele é um teísta (ORANGE, 1984, p. 82). Na verdade, o próprio Peirce se definia, em seus textos mais maduros, como um teísta, e esse fato também deve ser levado em consideração. Vejam-se as seguintes passagens:

Eu olho para a criação como algo que ainda está ocorrendo e eu acredito que uma ideia assim tão vaga, como a que podemos ter do poder da criação, é melhor identificada com a ideia de teísmo. (CP 8.138).

Se você adotar uma hipótese teística, você deve ou dizer que Deus não pensa e, portanto, não planeja, ou, então, que seu pensamento resultará na evolução do mesmo modo como os pensamentos de um autor de um livro dão ao livro um desenvolvimento gradual. (NEM 4.140).

O Deus do meu teísmo não é finito. (CP 8.262).

A essas passagens citadas ainda poderíamos somar o planejamento dos capítulos da obra *One, Two, Three*, na qual Peirce pretendia dar a sua explicação completa sobre a origem do universo e que, se tivesse sido concluída, findaria, exatamente, com um capítulo intitulado “*Teísmo*”.<sup>16</sup>

Essa autoafirmação de Peirce causa uma certa estranheza, de um lado, devido ao fato de que é bem conhecido de seus estudiosos as muitas críticas que teceu ao pensamento dogmático<sup>17</sup> em geral, e particularmente em matéria de religião

15 Ver ALMEIDA, 2014 e ALMEIDA, 2016.

16 “Um, Dois, Três – Índice: I. As concepções descritas. Aparência em Filosofia. II. Na lógica formal. IIa. Na metafísica. III. Na psicologia. IV. Na fisiologia. V. Na biologia. VI. Na física. A. Estado atual da teoria molecular. VII. B. Sem a suposição de lógicos últimos. VIII. C. Axiomas. IX. A teoria física. X. O absoluto. XI. Leis da natureza. XII. Consciência e Inteligência. XIII. **Teísmo**.” (W 5.294 – realce nosso).

17 Por exemplo, CP 5.107, CP 6.216 e CP 5.379.



e, de outro, que essa autoafirmação seria, segundo alguns autores,<sup>18</sup> dificilmente harmonizável com outros aspectos de sua arquitetura filosófica, por exemplo, com o próprio pragmatismo. Estaria Peirce incorrendo em um tipo sutil de dogmatismo ao se definir como um teísta?

Longe de tentar esgotar esse assunto, tarefa deveras impossível até mesmo para um livro, cabe no presente contexto levantar a seguinte questão: como devemos, conjecturalmente e dentro do limite de espaço aqui disponível, entender essa aparentemente estranha afirmação do teísmo por parte de Peirce, resultado da contínua ponderação a partir do *jogo estético do devaneio*?

Se tomarmos a definição tradicional de teísmo como configurando a doutrina que admite a existência de um Deus pessoal, causa do mundo, ou, como quer Kant, a doutrina que crê poder determinar por analogia a natureza de Deus,<sup>19</sup> notamos que muitas passagens de Peirce exibem, de fato, aparentes proximidades com tais definições. Vejamos apenas alguns outros exemplos:

Portanto, quem não pode olhar para o céu estrelado sem pensar que todo este universo deve ter tido uma causa adequada, também não pode, em minha opinião, pensar nessa causa mais justificadamente do que pensar que ela é Deus. (CP 5.536).

[...] Uma dificuldade que confronta a filosofia sinequista é essa: considerando a personalidade, essa filosofia é forçada a aceitar a doutrina de um Deus pessoal. (CP 8.156).

[...] uma filosofia evolucionária genuína, ou seja, uma filosofia que torne o princípio do crescimento um elemento primordial do universo está tão longe de ser antagonista à ideia de um criador pessoal que é realmente inseparável daquela ideia. (CP8.155).

No entanto, podemos encontrar na reflexão de Orange uma pista para acomodar esse aparentemente incômodo rótulo:

O Deus do seu teísmo [de Peirce] é estritamente hipotético. Há duas formas de entender esse “estritamente hipotético”: como “nada além de” ou como “falando cientificamente e não religiosamente”. Porque Peirce muitas vezes disse que nós temos certeza prática no que se refere às nossas crenças atuais, inclino-me a tomar a segunda interpretação. [...] A grande vantagem de um Deus “hipotético” é manter o crente intelectualmente honesto. (ORANGE, 1984, p. 92).

Isso nos autorizaria a conjecturar que a autoafirmação de teísmo por parte de Peirce não deve ser tomada como uma crença dogmática e tradicional que

---

18 Por exemplo, BUCHLER, 1939; GALLIE, 1952; THOMPSON, 1953; SHORT, 2010; CLANTON, 2014 e ATKIN, 2016.

19 Ver o verbete correspondente em LAIANDE, 1996, p. 1111.

simplesmente afirma, sem exibir suas credenciais, que existe um Deus criador. Por quê?

Conforme seguimos, até aqui, o pensamento contido no Argumento Negligenciado, notamos que a afirmação peirciana da realidade de Deus, e não existência, lembremos, é, primeiramente, uma afirmação hipotética surgida, como vimos, a partir do *livre jogo estético do devaneio*, que leva o devaneador que se deixar guiar pelas suas ponderações acerca dos três universos, quase que inevitavelmente, à ideia de que Deus é real.

Depois, trata-se de uma hipótese que *não impõe*, mas *convida* o devaneador a continuar, *honestamente*, a sua contemplação e inquirição no mundo fenomênico, disponível para qualquer mente, de modo que tal hipótese acabará por adquirir suas credenciais científicas, não por configurar uma conclusão argumentativa, como desejariam os necessitaristas ou, paradoxalmente, aqueles que se apressam em atribuir inconsistência à essa faceta do pensamento de Peirce, mas, exatamente por permanecer estritamente uma hipótese direcionada a um processo de contínua definição parcial até o infinito.

Por outro lado, essa concepção de um Deus estritamente hipotético de Peirce possui a característica de influenciar a conduta, mesmo que qualquer tentativa de falar sobre ele permaneça vaga e falível, sendo que, exatamente por isso, é também efetiva. Peirce parece dar razão a essa linha de pensamento, por exemplo, na seguinte passagem:

[...] qualquer homem normal que considere os três Universos à luz da hipótese da Realidade de Deus e persiga esta linha de reflexão com singeleza científica de coração, virá a ser excitado nas profundezas de sua natureza pela beleza da ideia e pela sua augusta praticidade, mesmo a ponto de amar e adorar sinceramente seu Deus estritamente hipotético e de desejar sobre todas as coisas moldar toda a conduta da vida e todas as fontes de ação em conformidade com aquela hipótese. Agora, estar deliberada e completamente preparado para moldar a conduta em conformidade com uma proposição não é nem mais, nem menos do que o estado mental chamado “Acreditar” em tal proposição, não importa o quanto seja posposta a sua classificação consciente sob tal *caput*. (CP 6.467).

Portanto, a hipótese da realidade de Deus preconizada por Peirce no segundo momento de seu Argumento também possui caráter pragmático, embora, tal caráter pragmático difira, em certa medida, daquele que podemos encontrar, estritamente, em uma concepção intelectual propriamente dita.<sup>20</sup>

Esse aspecto também se deve à vagueza da concepção de Deus, que, portanto, *influenciará a conduta* cada vez mais intensamente na medida direta que for se tornando parcialmente clara no futuro indefinido e, por isso envolve, essencialmente, a ideia da continuidade como sendo de prima importância em filosofia. Isso nos permite afirmar que, em última instância, o autointitulado teísmo de Peirce se encontra totalmente transfigurado pelo seu *Sinequismo*, e essa qualificação é de

---

20 Cf. MS 288 apud ORANGE, 1984, p. 75.

extrema importância, pois o diferencia patentemente das abordagens e adesões tradicionais a tal doutrina.<sup>21</sup>

Por outro lado, parece ser lícito dizer que, exatamente pelo seu caráter pragmático, que também implica na possibilidade e razoabilidade contida no processo contínuo de aperfeiçoamento da conduta por meio do *autocontrole*, existe a necessidade de um terceiro, e último, movimento do Argumento de Peirce para a realidade de Deus.

Esse terceiro momento, conforme Peirce explica, consiste em um estudo de *metodêutica lógica*,<sup>22</sup> ou seja, esta é a parte do argumento que se pode chamar de estritamente científica, que visaria provas lógicas parciais, calcadas nos papéis exercidos pelas formas de raciocínio, *abdução* (ou *retrodução*), *dedução* e *indução*, na tentativa de justificação da *hipótese* da realidade de Deus.

Não é necessário adentrarmos em detalhes acerca da metodêutica no contexto deste ensaio.<sup>23</sup> Cabe apenas apontar a intenção final de Peirce no que se refere a esse terceiro movimento do Argumento Negligenciado, a saber, mostrar que, longe de ser a *dedução* ou a *indução*, é a *abdução* (ou *retrodução*) que se configura como o único tipo de raciocínio que realmente promove um avanço no conhecimento.

Peirce coloca esse ponto nos seguintes termos:

[...] nem a Dedução nem a Indução contribuem [com] o menor item positivo para a conclusão final da inquirição. Elas tornam o indefinido definido: a Dedução Explica; a Indução avalia: isso é tudo. Até agora, cada plataforma de seu avanço é primeiro assentada somente pela Retrodução, isto quer dizer, pelas conjecturas espontâneas da razão instintiva. (CP 6.475).

Essa passagem traz à tona outra ideia capital para o entendimento da totalidade do argumento peirciano: a ideia de que a crença pragmática na realidade de Deus deve remontar mais ao *instinto* do que à razão. E esse é também o ponto em que o terceiro movimento do Argumento peirciano se costura com o primeiro e segundo movimentos.

Visualizemos essa fundamental costura nas palavras do próprio autor:

O estudante, aplicando aos próprios hábitos treinados de pesquisa a arte da análise lógica [...] compara o processo de pensamento do Devaneador sobre os Três universos com certas partes do seu trabalho de descoberta científica, e encontra que o “Argumento Humilde” não é nada a não ser uma instância do primeiro estágio de todo esse trabalho, o estágio de observar os fatos, de rearranjá-los de modo variegado e de ponderá-los até que, por suas reações com os resultados da experiência científica prévia, haja “evoluído” (como dizem os químicos) uma hipótese explicativa. (CP 6.488).

---

21 Para mais detalhes acerca do teísmo em Peirce, consultar ALMEIDA, 2016.

22 Cf. CP 6.488.

23 Detalhes sobre a Metodêutica peirciana podem ser consultados em SANTAELLA, 2004, e LISZKA, 1996.

A hipótese da realidade de Deus, assim, só pode ser justificada a partir da validade lógica da *abdução (retrodução)*, que implica, por sua vez, na ideia de que o homem possui *poder divinatório*, ou seja, o poder de realizar conjecturas tendentes à verdade acerca da natureza por estar com ela afinado, evolucionariamente: “a menos que o homem tenha uma tendência natural de acordo com a natureza, ele não tem nenhuma chance de entender a natureza.” (CP 6.477).

Esse poder de adivinhar, por meio de hipóteses, os caminhos da natureza é, segundo Peirce,<sup>24</sup> um poder instintivo desenvolvido pelo homem, do mesmo modo que os animais desenvolveram os seus instintos em meio ao processo evolucionário do qual fazem parte. Esse também seria um ponto privilegiado para se realizar uma discussão acerca da profunda ligação que há, no interior da metafísica científica do autor, entre o *Realismo*, o *Idealismo Objetivo* e o *Sinequismo*. Mas isso, terá de ficar para outra ocasião.

Cabe, enfim, apontar que, conforme vimos, o primeiro movimento do Argumento, o denominado *Argumento Humilde* proporciona, por meio do *livre jogo estético do devaneio*, a *emergência* da atratividade da ideia da realidade de Deus. Essa emergência traz à tona, no segundo movimento do Argumento, a hipótese de um Deus, não de uma religião em particular, mas o de uma crença pragmática, que poderia ser chamada, salvo um certo risco de mal-entendido, de *puramente religiosa*, cujas raízes são anteriores a qualquer tipo de pensamento acerca dessa crença,<sup>25</sup> e que permanece com a maior força apelativa para a conduta da vida, devido justamente às suas *raízes instintivas*.

Parece ser justamente essa linha de pensamento que leva Peirce a concluir o artigo, à luz do seu pragmatismo, afirmando contundentemente que:

O Argumento Negligenciado é o Primeiro Estágio de uma inquirição científica, que resulta em uma hipótese da mais alta plausibilidade, cujo último teste deve residir, em seu valor, no crescimento autocontrolado da conduta da vida do homem.” (CP 6.480).

### 3 Conclusão

Algumas palavras à guisa de conclusão: o conceito de *jogo estético do devaneio* configura-se como um importante ponto de influxo para o entendimento da arquitetura filosófica de Peirce. Isso significa que, para além do seu contexto próprio, ou seja, o seu papel no surgimento da hipótese da realidade de Deus, sobre o qual discutimos neste ensaio, poderíamos, por exemplo, refletir sobre a ligação direta que esse conceito possui com a articulação entre o *Realismo*, o *Idealismo Objetivo* e o *Sinequismo* do autor, no interior de sua metafísica científica, conforme indicamos. Outra linha de abordagem, extremamente sofisticada e instigante, consiste no caráter marcadamente *estético* do jogo do devaneio, linha de pensamento pioneiramente

---

24 Cf. CP 6.500-501. Ver também RAPOSA, 1989, p. 97.

25 Cf. ANDERSON, 1995, p. 150.

inaugurada pelo professor Ibri,<sup>26</sup> e que tem sido estudada continuamente pelo *Centro de Estudos de Pragmatismo da PUCSP*, sob sua direção. Essa linha de pensamento, como bem mostra Ibri, revela consequências da filosofia peirciana acerca das quais nem mesmo o próprio Peirce tinha consciência. Esperamos, com esse breve ensaio, ter humildemente contribuído com os estudos peircianos e que novas e profícuas consequências sejam desbravadas por futuras pesquisas acerca deste tema tão heurístico da filosofia de Peirce.

## Referências

ALMEIDA, Rodrigo Vieira de. Algumas reflexões sobre o aspecto ontológico do símbolo e sua relação com a cognoscibilidade de Deus no interior da metafísica religiosa de Charles Sanders Peirce. In: *Cognitio: revista de filosofia*, São Paulo, v. 15, n. 2, p.213-242, jul./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *O conceito de imortalidade do homem na filosofia de Charles Sanders Peirce*. 2016. 264. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ANDERSON, Douglas R. *Strands of system: the philosophy of Charles Peirce*. West Lafayette: Purdue University Press, 1995.

ATKIN, Albert. *Peirce*. New York: Routledge, 2016.

BUCHLER, Justus. *Charles Peirce's empirism*. New York: Harcourt, Brase and Co., 1939.

CLANTON, J. Caleb. The structure of C. S. Peirce's Neglected argument for the reality of God: a critical assessment. In: *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. 50, n. 2, p. 175-200, 2014.

GALLIE, W. B. *Peirce and pragmatism*. Harmondsworth: Penguin Books, 1952. (Pelican Philosophy Series).

IBRI, Ivo Assad. *Kósmos Noetós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Paulus, 2015. (Ensaio Filosóficos).

\_\_\_\_\_. “The heuristic exclusivity of abduction in Peirce's philosophy”. In: *Semiotics and Philosophy in C.S. Peirce*. Edited by Rossella Fabbrichesi Leo and Susana Marietti (Eds.). Cambridge: Cambridge Scholars Press, 2006.

\_\_\_\_\_. Reflections on a poetic ground in Peirce's philosophy. In: *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. 45, n. 3, p. 273-307, 2009.

\_\_\_\_\_. Peircean seeds for a philosophy of art. In: *Semiotics 2010: The Semiotics of Space*. Edited by Jamin Pelkey, Karen A. Haworth, Jason Hogue, and Leonard G. Sbrocchi. New York: Legas Publishers, 2010.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

---

26 Ver exemplarmente IBRI, 2006; IBRI, 2009; IBRI, 2010, e IBRI, 2015.

LISZKA, James J. *A general introduction to the semeiotic of Charles Sanders Peirce*. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

ORANGE, Donna M. *Peirce's conception of God: a developmental study*. Lubbock: Institute for Studies in Pragmaticism, 1984. (Peirce Studies, n. 2).

PEIRCE, Charles S. *The essential Peirce: selected philosophical writings*. Edited by Nathan Houser and Christian Kloesel. Bloomington: Indiana University Press, c1992. V. 1 [Citado como EP, seguido do número do volume e do número da página].

\_\_\_\_\_. *The essential Peirce: selected philosophical writings*. The Peirce Edition Project (Ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1998. v. 2 [Citado como EP, seguido do número do volume e do número da página].

\_\_\_\_\_. *Writings of Charles Sanders Peirce: a chronological edition*. The Peirce Edition Project (Ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1982-2010. 8 V. [Citado como W seguido pelo número do volume e do número da página].

\_\_\_\_\_. *The collected papers of Charles Sanders Peirce*. Vols. 1-8. HARTSHORNE, C., WEISS, P.; BURKS, A. W (eds.). Cambridge, MA: Harvard University Press 1931-1958. [Citado CP, seguido pelo número do volume e número do parágrafo].

\_\_\_\_\_. *The new elements of mathematics by Charles S. Peirce*. Carolyn Eisele (Ed.). The Hague: Mouton Publishers, 1976. (Mathematical Philosophy, v. 4). [Citado como NEM, seguido pelo número do volume e o número da página].

\_\_\_\_\_. Um argumento negligenciado para a realidade de Deus. Tradução de Cassiano Terra Rodrigues. In: *Cognitio: revista de filosofia*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 98-133, jan./jun. 2003.

RAPOSA, Michel L. *Peirce's philosophy of religion*. Bloomington: Indiana University Press, 1989. (Peirce Studies, n. 5).

RODRIGUES, Cassiano T. O Encantamento da Musa: Apresentação à Tradução de "Um Argumento Negligenciado para a Realidade de Deus", de Charles Sanders Peirce. In: *Cognitio: revista de filosofia*, São Paulo, v. 4, n. 1, p.87-97, jan./jun. 2003.

SANTAELLA, Lúcia. *O método anticartesiano de C. S. Peirce*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SHORT, T. L. What was Peirce's objective idealism? In: *Cognitio: revista de filosofia*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 333-346, jul./dez. 2010.

THOMPSON, Manley. *The pragmatic philosophy of C. S. Peirce*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

Data de envio: 02-12-17

Data de aprovação: 17-12-17